

## FICHA TÉCNICA

Título original: *Out of the Shadows - Portugal, from Revolution to the Present Day*

Autor: *Neill Lochery*

Copyright © 2015 by Neill Lochery

Publicado originalmente em língua inglesa por Bloomsbury a 23 de fevereiro de 2017

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2017

Tradução: *Alberto Gomes e Manuel Alberto Vieira*

Revisão: *Carlos Jesus/Editorial Presença*

Imagem da capa © Fundação Calouste Gulbenkian

Capa: *Vera Espinha/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

1.ª edição, Lisboa, março, 2017

Depósito legal n.º 420 862/17

Reservados todos os direitos

para a língua portuguesa (exceto Brasil) à

EDITORIAL PRESENÇA

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

info@presenca.pt

www.presenca.pt

Na capa, marcha de manifestantes que apoiaram a Revolução, na Rua do Carmo, Lisboa  
(© Fundação Calouste Gulbenkian).

# ÍNDICE

PREFÁCIO .....	11
INTRODUÇÃO .....	19

## PARTE UM:

### *CHILDREN OF THE REVOLUTION*

Capítulo 1 — <i>Revolution</i> .....	29
Capítulo 2 — <i>Wish You Were Here</i> .....	40
Capítulo 3 — <i>SOS</i> .....	49
Capítulo 4 — <i>In the City</i> .....	58

## PARTE DOIS:

### *SAFE EUROPEAN HOME*

Capítulo 5 — <i>Trans-Europe Express</i> .....	71
Capítulo 6 — <i>Picture This</i> .....	80
Capítulo 7 — <i>London Calling</i> .....	90
Capítulo 8 — <i>The Eternal</i> .....	101

## PARTE TRÊS:

### *MAD WORLD*

Capítulo 9 — <i>Ghost Town</i> .....	117
Capítulo 10 — <i>This Is the Day</i> .....	127
Capítulo 11 — <i>What Difference Does it Make?</i> .....	137
Capítulo 12 — <i>Road to Nowhere</i> .....	150

PARTE QUATRO:  
*ABSOLUTE BEGINNERS*

Capítulo 13 — <i>Holding Back the Years</i> .....	163
Capítulo 14 — <i>With or Without You</i> .....	173
Capítulo 15 — <i>All around the World</i> .....	183

PARTE CINCO:  
*FIELDS OF GOLD*

Capítulo 16 — <i>Wicked Game</i> .....	195
Capítulo 17 — <i>Under the Bridge</i> .....	205
Capítulo 18 — <i>Fake Plastic Trees</i> .....	215
Capítulo 19 — <i>Don't Look Back in Anger</i> .....	225

PARTE SEIS:  
*NO SURPRISES*

Capítulo 20 — <i>Overload</i> .....	239
Capítulo 21 — <i>Hurt</i> .....	251
Capítulo 22 — <i>Fix You</i> .....	262
Capítulo 23 — <i>Chasing Cars</i> .....	273

PARTE SETE:  
*CRUEL WORLD*

Capítulo 24 — <i>Hometown Glory</i> .....	285
Capítulo 25 — <i>Love the Way You Lie</i> .....	295
Capítulo 26 — <i>Blame</i> .....	306

EPÍLOGO .....	317
AGRADECIMENTOS .....	325
NOTA SOBRE AS FONTES .....	331
NOTAS .....	335
BIBLIOGRAFIA.....	359

## PREFÁCIO

«Os tempos de glória de Lisboa e Portugal já lá vão» é um tema comum proposto por estudiosos que focam as suas atenções nas eras douradas dos navegadores portugueses, no Império e no papel de Lisboa como uma das principais potências atlânticas. Ao escrever este livro sobre os primeiros quarenta anos do Portugal democrático pós-ditadura, tentei manter um espírito aberto em relação às dificuldades políticas e económicas que assolaram o desenvolvimento do país desde 1974.

Neste sentido, não concordo que o país esteja a padecer de um declínio inevitável ou que a sua situação atual como «o pobre da Europa» seja permanente. Em vez disso, tentei focar-me nos temas que percorrem as quatro décadas de democracia e ajudam a explicar por que razão Portugal se debate hoje para encontrar o seu lugar na Europa, no mundo em geral e na economia global. Muitos dos erros cometidos desde 1974 foram-se repetindo uma e outra vez pelos líderes políticos de ambos os partidos principais, o PS e o PSD, devido à preferência por soluções a curto prazo em vez de reformas significativas a longo prazo.

Desde o início que se tornou claro que este não ia ser simplesmente um livro sobre Portugal. Uma das maiores falhas na compreensão da era pós-Revolução tem sido a excessiva concentração na contribuição de fatores nacionais em detrimento dos internacionais na modelação da sua história.

Mesmo durante o período do Estado Novo, autoritário, de 1933 a 1974, quando Portugal se encontrava em grande medida isolado do mundo exterior, as relações com os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e o resto da Europa eram importantes na construção da narrativa nacional. As guerras internacionais também foram fulcrais para o desenvolvimento de Portugal: a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria tiveram implicações, positivas ou negativas, para o país.

A Revolução de Abril, e a luta subsequente para estabelecer um Estado democrático, não ocorreu de forma isolada em relação ao mundo internacional. As razões para a Revolução poderiam muito bem ter sido instigadas a nível nacional, mas seguramente que as consequências do seu desfecho não se restringiram às fronteiras de Portugal. A Revolução aconteceu no auge da Guerra Fria, menos de um ano após a Guerra Israelo-Árabe de 1973, e ao mesmo tempo que os Estados Unidos estavam a perder gradualmente a guerra no Vietname.

Também sucedeu numa era em que os Estados Unidos e a União Soviética ocupavam o topo de um sistema internacional bipolarizado, no qual rivalizavam por parceiros e influência. Nem os Estados Unidos nem a União Soviética iam ficar sentados à espera enquanto assistiam à agitação pós-Revolução em Portugal como meros espectadores.

Os Estados Unidos, em particular, viam a Revolução como uma ameaça estratégica aos seus interesses na Europa, tanto em termos do risco de perder Portugal para a União Soviética, como do potencial efeito dominó desta situação sobre o resto da Europa Meridional e Ocidental. Por conseguinte, um dos temas centrais do meu livro destaca as influências estrangeiras na história portuguesa, a começar pela reação dos Estados Unidos e das potências ocidentais à Revolução e à batalha entre democracia e comunismo que definiu a primeira fase da era pós-Revolução.

Na descrição dos acontecimentos do 25 de Abril a partir de uma perspetiva internacional, tive a sorte de poder usar os documentos recentemente tornados públicos nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Ao reunir o material, foi

possível criar uma narrativa que ilustra a natureza inicialmente confusa das reações aos desenvolvimentos em Lisboa. Os documentos destacam as profundas divisões na administração do presidente Richard Nixon sobre a melhor linha de ação a seguir para assegurar que «Portugal não se tornasse comunista».

O resto do livro segue um padrão similar, usando fontes documentais para retratar o desenvolvimento de Portugal num contexto internacional desde a Revolução de Abril à Comunidade Económica Europeia (CEE) — que a partir de 1992 (Tratado de Maastricht), com o seu alargamento a outros países, passaria a ser designada por Comunidade Europeia (CE) e logo a seguir União Europeia (UE) —, ao resgate financeiro e ainda mais além. O longo e tortuoso percurso de Portugal até à adesão à CEE serviu de mais um exemplo crucial do papel das potências externas na modelação da narrativa portuguesa. Inicialmente, muitos líderes europeus ficaram, na melhor das hipóteses, nervosos por deixarem Portugal e os outros dois Estados pobres da Europa (Grécia e Espanha) aderirem àquilo que era conhecido como o «clube dos ricos» da Europa.

Foi só após negociações difíceis e demoradas que os três países foram autorizados a aderir. A proposta da entrada de Portugal viu-se enredada durante muito tempo em debates acerca do alargamento da CEE e das complexas negociações entre a Espanha e a CEE. Por outras palavras, a história da adesão de Portugal não foi uma narrativa isolada. A intenção consistiu em evitar produzir um livro que se limitasse a revisitar um velho tema na história moderna portuguesa, tentando antes acrescentar algo novo, e mais tridimensional, à história contemporânea portuguesa.

A escrita da história contemporânea confronta o historiador com desafios únicos. Na maior parte dos países democráticos vigora o que é conhecido como a «regra dos trinta anos»: durante este período de trinta anos, o acesso aos documentos é interdito ao público e esta medida dificulta a obtenção da informação necessária para a produção de um relato significativo dos acontecimentos que ocorreram desde os últimos trinta anos até à data atual. Este problema impede muitas vezes os historiadores de tentarem escrever obras históricas mais aprofundadas até terem decorrido

pelo menos trinta anos depois dos acontecimentos e os documentos terem sido tornados públicos e divulgados nos respetivos arquivos nacionais.

No entanto, na redação deste livro, contornei este problema solicitando documentos diplomáticos britânicos específicos ao abrigo da Legislação da Liberdade de Informação. Tive a sorte de conseguir aceder aos documentos que requisitei e usei-os neste livro. A qualidade destes documentos, e a nova luz que lançam sobre acontecimentos, personalidades e questões económicas cruciais, tornou a escrita desta obra um enorme prazer para mim. Foi um processo semelhante à aprendizagem de uma nova história que, por vezes, corria paralelamente àquela que eu conhecia, e que noutras ocasiões levava a narrativa para um território novo e ainda por desbravar.

Duas advertências devem ser aqui salientadas: em primeiro lugar, continua a haver mais documentos que precisam de ser tornados públicos de modo a poder obter-se uma imagem completa e cabal de alguns dos acontecimentos principais. Por exemplo, quando o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger prometeu tornar Portugal o próximo Chile (onde a CIA tinha, na realidade, maquinado a queda do governo), até que ponto era séria essa sua intenção? Estava simplesmente a ter um ataque de fúria ou falava realmente com convicção? Ou teriam outros membros da administração Nixon e os serviços secretos norte-americanos dissuadido Kissinger de seguir uma estratégia de «mudança de regime» para Portugal? Ficheiros cruciais da CIA relativos a esta matéria continuam a ser informação confidencial, tendo sido apenas tornada pública uma série seletiva de documentos.

Em segundo lugar, existe sempre a possibilidade de documentos de fontes externas conterem avaliações sobre Portugal que poderão vir a revelar-se inexatas na sua análise ou simplesmente mal informadas. Tendo passado uma grande quantidade de tempo a examinar com cuidado os documentos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha sobre o período imediatamente anterior à Revolução de 25 de Abril, torna-se claro que nenhum desses países tinha uma compreensão real da temperatura política em Lisboa.

A avaliação feita pela Embaixada norte-americana em Lisboa relativamente à situação política portuguesa durante o inverno de 1973 e a primavera de 1974 viria a revelar-se bastante inexata. Um embaixador já no crepúsculo da sua carreira diplomática, diplomatas mais novos dos quadros inferiores e um *staff* mínimo nos serviços secretos representavam uma mistura tóxica que acabou por cegar efetivamente os norte-americanos em relação aos acontecimentos em Lisboa durante este período crítico.

Dito isto, nos quarenta anos precedentes, a maior parte das fontes documentais britânicas, em particular, revelou-se exata, bem fundamentada e redigida com esmero. Nesse sentido, contribuíram bastante para a reconstituição da narrativa de Portugal e das suas interações com o mundo exterior.

Algumas linhas em cada um dos documentos divulgados publicamente foram alvo da censura do famigerado marcador preto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o intuito de evitar que fosse publicada informação que pudesse embaraçar uma terceira parte (um líder português). A maior parte dessas frases que não foram publicadas contém referências a alegados escândalos financeiros, políticos e sexuais cometidos por indivíduos cujos nomes são omitidos.

Tentei evitar recorrer à tradicional muleta intelectual do historiador contemporâneo de conduzir entrevistas com líderes principais e outras figuras públicas. Dada a infeliz natureza polémica da política portuguesa, senti que essa opção poucos benefícios traria. Além disso, como muitas destas figuras públicas ainda continuam ativas na política ou em áreas relacionadas, acredito que havia um grande risco de deturpação política nas respostas que poderiam dar-me, como já aconteceu em alguns dos meus trabalhos anteriores sobre outras partes do mundo.

Portugal é um país de pequena dimensão, com uma elite reduzida (parte da qual não mudou realmente desde o Estado Novo), e a interação no seio deste grupo é, com frequência, difícil de ser acompanhada, ou plenamente compreendida, por um *outsider*. Já perdi conta às vezes em que respondi «A sério?» ou «Não sabia isso» quando um amigo português me disse que X está relacionado

com Y ou que A casou com B, que é primo de C. O impacto destas relações próximas entrelaçadas entre os membros das elites política e económica é uma ferramenta importante para a compreensão de algumas decisões, ou acontecimentos, que não têm nenhuma outra explicação lógica.

A escrita deste livro tornou-se, para mim, ainda mais agradável dada a minha própria ligação a Lisboa e a Portugal. O meu trajeto pessoal que culminaria neste livro iniciou-se em 1985, quando cheguei a Lisboa pela primeira vez, dispondo apenas de um guia turístico de bolso da cidade e um livro de história irremediavelmente desatualizado e ironicamente intitulado *A New History of Portugal*. A data, para ser preciso, era 27 de setembro de 1985, e a minha chegada a Lisboa coincidiu com um importante acontecimento na cidade: a inauguração do Centro Comercial das Amoreiras.

Os jovens lisboetas sentiam-se orgulhosos do primeiro grande centro comercial da cidade e explicaram-me, entusiasmados, que ali havia de tudo, inclusive um complexo de salas de cinema com sessões pela noite dentro dos mais recentes êxitos de bilheteira. A inauguração do Centro Comercial das Amoreiras, bem como a construção de prédios de apartamentos de luxo nessa mesma área, pareceu-me representar o nascimento da nova Lisboa, e pus-me a pensar na aparente incompatibilidade desta «nova Lisboa» com as partes mais antigas da cidade.

Embora deambulasse pelo centro comercial à noite, passava os dias a explorar as áreas que o meu guia turístico referia como a Baixa de Lisboa. O que me impressionou mais em relação ao centro citadino foi a beleza dos edifícios, muitas vezes obscurecidos por camadas de fuligem devido à poluição e a décadas de falta de manutenção. Talvez o exemplo mais ilustrativo daquilo que vi em 1985 fosse a Estação do Rossio, cuja fachada principal estava enegrecida e parecia bastante negligenciada. No entanto, observando com mais atenção, podia ver que se tratava de um edifício de estilo grandioso, cujo piso superior oferecia vistas panorâmicas da cidade.

Vista a partir dos vários miradouros, a cidade lá em baixo assemelhava-se ao cenário de filmagens de tempos idos do cinema

a preto e branco. Estava, sobretudo, surpreendido pelo facto de Lisboa ser não só uma cidade muito portuguesa, mas também uma capital pronta para se transformar em algo muito diferente, como a inauguração do primeiro grande centro comercial da cidade parecia confirmar.

A 1 de janeiro de 1986, Portugal aderiu oficialmente à CEE, e partes de Lisboa começaram a sofrer transformações, lentamente de início, mas depois a um ritmo mais acelerado, pois viria a ser palco de dois importantes eventos internacionais de grande media-tismo: a Expo 98 e o Campeonato da Europa de Futebol de 2004. Há muito que eu já tinha trocado Lisboa pelas águas agitadas do Médio Oriente quando estes dois eventos se realizaram, mas tinha prometido a mim mesmo que voltaria um dia para escrever sobre a cidade, que me tinha seduzido durante o período inicial da minha carreira profissional.

Regressei em 2007 e desde então tenho sido uma visita frequente, bem como uma testemunha de muitos dos acontecimentos que são descritos neste livro. Assisti ao afundamento do país numa quase liquidação económica e podia ouvir os manifestantes no exterior da Assembleia da República no meu apartamento no topo da colina no bairro da Lapa. Recordo-me do dramatismo das notícias emitidas pela televisão de que Portugal iria precisar de um resgate financeiro, e dos infundáveis jogos de acusações e atribuição de culpas que se sucederiam a esse anúncio.

Optei por escrever primeiro sobre o período do Estado Novo. Os meus dois livros anteriores narram essa era da história política moderna de Portugal. Para mim, enquanto escritor, foi importante ter uma compreensão daquilo que aconteceu antes do período democrático que vivenciei pessoalmente e testemunhei durante a minha estada na cidade. Sentia-me assim preparado e capaz de escrever sobre aquilo que foi, para mim, a um nível pessoal, história ao vivo.

Ser uma testemunha da história comporta o problema potencial de isso poder turvar o discernimento do escritor — pois as suas próprias memórias pessoais podem obstar à sua objetividade. Foi por esta razão que, sempre que possível, usei fontes documentais,

bem como relatos de outras pessoas sobre os acontecimentos descritos neste livro. A minha própria condição de testemunha da história limitou-se a acrescentar uma descrição do pano de fundo à narrativa. Ao fazê-lo, esperava assim evitar contar a história menos através dos meus próprios olhos e mais através da perspectiva de um observador mais distanciado.

Espero que o leitor possa colher deste livro uma compreensão da importância de Portugal para o passado recente, a sua relevância para o presente e o seu significado futuro para o continente europeu. No entanto, a importância comporta também um escrutínio mais atento. Como refiro neste livro, o escrutínio internacional feito a este pequeno país não terminou quando os representantes da *troika*, responsáveis pela monitorização do cumprimento de Portugal em relação aos termos do programa de resgate financeiro, partiram definitivamente do país em 2014. No início de 2015, o mundo exterior continuava a monitorizar atentamente os desenvolvimentos em Lisboa e no resto do país.

Contudo, em abril de 1974, a história era completamente diferente.

## INTRODUÇÃO

Na noite de 24 de abril de 1974, o mundo exterior não estava a observar atentamente a capital mais ocidental do continente europeu. Ao crepúsculo, à medida que a claridade se atenuava no céu tempestuoso sobre Lisboa e era substituída pelo brilho sombrio dos candeeiros de iluminação pública, tudo parecia normal na cidade da luz de Portugal.

Apesar das dificuldades causadas pela crise económica e das guerras em curso nas colónias portuguesas, parecia haver poucas probabilidades de um colapso imediato do governo autoritário liderado por Marcello Caetano. O austero e burocrático presidente do Conselho de Ministros governava o país desde que problemas de saúde haviam forçado o seu antecessor, António de Oliveira Salazar, a abandonar o cargo em 1968.

Instaurado desde 1933, o Estado Novo, apesar da sua crescente impopularidade junto de muitos portugueses, parecia estar tão agarrado ao poder que seriam necessárias forças de considerável dimensão para o desalojar. Verdade seja dita, houvera já uma tentativa de sublevação quando, entre 15 e 16 de março de 1974, oficiais subalternos do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha detiveram oficiais superiores.

No entanto, sob a ameaça de bombardeamento, os revoltosos acabaram por se render e cerca de duzentos oficiais subalternos foram detidos. Até à noite de 24 de abril desse mesmo ano, com uma oposição profundamente dividida ou encarcerada nas prisões

políticas, as embaixadas estrangeiras na cidade sentiam que não havia probabilidades de qualquer convulsão ou revolta política num futuro próximo.

Em Lisboa, o barulho do trânsito da hora de ponta ao início da noite ouvia-se por toda a cidade: buzineladas constantes, campainhas dos carros elétricos parados no tráfego, ruído de travagens bruscas. Com o cair da escuridão, a cidade acalmava-se ligeiramente quando os lisboetas se preparavam para ouvir o noticiário na RTP — que em 1974 era o único canal de televisão em Portugal.

No bairro da Lapa, que albergava a maior parte das embaixadas estrangeiras, tudo estava sossegado. Trata-se de uma famosa zona luxuosa, preferida pelos serviços diplomáticos estrangeiros não só pela proximidade da Assembleia da República, mas também porque muitos desses edifícios ofereciam vistas deslumbrantes colina abaixo até ao rio Tejo e mais além, em direção às localidades-dormitórios que se estendiam ao longo da margem sul do rio.

Não obstante ser um bairro luxuoso, a Lapa era também bem conhecida a nível local pelos dejetos de cão nos passeios e por ser praticamente impossível conseguir um lugar de estacionamento nas ruas atravancadas de carros. A maior parte dos diplomatas de topo e respetivos *staffs* alojados na zona conheciam-se bem uns aos outros dos frequentes eventos sociais. Nesta comunidade abundavam bisbilhotices e rumores, fossem falsos ou verdadeiros, que se propagavam como um fogo descontrolado pela Lapa sempre que um escândalo ou um importante desenvolvimento político tinha lugar.

No entanto, na noite do dia 24 de abril, parecia haver pouco para discutir ou bisbilhotar. No interior do edifício da Embaixada britânica, na Rua de São Domingos, várias pessoas seguiam através da BBC o relato do jogo das meias-finais entre o Atlético de Madrid e o Celtic de Glasgow para a Taça dos Clubes Campeões Europeus.<sup>1</sup> O Celtic perdeu o jogo por 2-0 e foi eliminado da competição, que viria a ser ganha, pela primeira vez, pelo Bayern de Munique. Esse jogo assinalou o fim do reinado do Celtic como equipa dominante no futebol europeu, reinado esse que começara com grande entusiasmo em Lisboa no ano de 1967.

No final do jogo, os telégrafos, instalados na sala das comunicações, estavam em completo silêncio e as luzes da embaixada não estiveram acesas pela noite dentro. O *staff* verificou os telegramas uma última vez antes de informar o embaixador, Sir Nigel Trench, de que não estava previsto qualquer assunto especial para essa noite.

Alguns quarteirões mais acima na íngreme colina, que os elétricos da linha 25 subiam com dificuldade, puxando pelo motor à potência máxima, situava-se a residência do embaixador dos Estados Unidos. O edifício também estava silencioso, não se via ninguém à exceção de dois agentes da DGS (Direção-Geral de Segurança) ao fundo da rua.<sup>2</sup> Na noite de 24 de abril de 1974, Stuart Nash Scott, o embaixador americano, não se encontrava na sua residência em Lisboa. Scott, já no final da sua carreira diplomática, tinha ido visitar a base aérea norte-americana das Lajes, nos Açores.<sup>3</sup> Tratava-se de uma visita de rotina para o embaixador, cujas atividades em Portugal se haviam reduzido cada vez mais a um papel protocolar.

Em Washington, DC, a atenção do secretário de Estado Henry Kissinger estava focada na Guerra do Vietname, que os Norte-Americanos estavam a perder lenta e dolorosamente, e nos esforços de defesa dos interesses dos Estados Unidos nos outros teatros da Guerra Fria.

Na sequência da crise respeitante ao uso da base dos Açores pelos aviões da Força Aérea dos EUA, como parte da rota de reabastecimento de equipamento norte-americano com destino a Israel durante a Guerra do Yom Kippur de 1973, a posição forte que Kissinger adotou em relação a Lisboa fizera todo o sentido. O impacto da ajuda aérea militar norte-americana a Israel para o desfecho dessa guerra continua a ser acaloradamente debatido por estudiosos do conflito israelo-árabe.<sup>4</sup> Na perspectiva de Kissinger, o «pequeno Portugal» era o único país europeu que tinha acedido aos pedidos de ajuda dos Estados Unidos.

No Departamento de Estado em Washington reinava o sentimento de que a cedência do governo português, chefiado por Marcello Caetano, à exigência feita pelo presidente Richard Nixon em relação ao uso da base aérea dos Açores em 1973 era

um exemplo esclarecedor da influência que os Norte-Americanos exerciam sobre Portugal. Ou seja, pouca escolha restava a Lisboa senão seguir a orientação dos Estados Unidos no sistema político bipolarizado que caracterizava a era da Guerra Fria.

A eclosão da Guerra do Yom Kippur apanhou Israel completamente de surpresa, devido a falhas sistemáticas dos seus serviços secretos em fornecerem uma avaliação clara da situação militar e política no Egito e na Síria. No caso da Revolução portuguesa, tanto os serviços secretos britânicos como os norte-americanos não foram capazes de prever os acontecimentos que viriam a ser conhecidos como a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974.

Por outras palavras, tanto as agências dos serviços secretos britânicos como as norte-americanas não se tinham apercebido dos silenciosos ventos da mudança que assolavam Portugal durante os primeiros meses de 1974. Uma das razões principais para esta falha parecia ser a crença profundamente enraizada de que Portugal era uma sociedade fortemente hierarquizada e que qualquer mudança proviria de indivíduos ou grupos pertencentes às elites que existiam em Lisboa.

A Grã-Bretanha, o aliado mais antigo de Portugal, procedia a uma atenta monitorização anual e registo de uma lista das mais notáveis personalidades da sociedade portuguesa. O relatório era redigido por funcionários da embaixada e enviado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Londres e a partir daí circulava pelas agências dos serviços secretos britânicos. O relatório era um pouco excêntrico — revelando coscuvilhices locais e indicando as ligações políticas e internacionais das personalidades portuguesas mais destacadas.

A lista incluía os perfis dos mais importantes membros das forças da oposição, das famílias economicamente poderosas e de destacados líderes militares e políticos. Naturalmente que a avaliação dos britânicos era que qualquer significativo movimento político ou militar organizado para pôr fim ao Estado Novo adviria de uma ou mais personalidades que constavam nos registos dos Britânicos.

Os Norte-Americanos adotavam uma abordagem similar em relação às elites. Os diplomatas e os escassos agentes da CIA na embaixada em Lisboa desfrutavam dos prazeres da mesa na

companhia da elite da sociedade portuguesa em cerimónias oficiais como a celebração anual do dia 4 de julho, o Dia da Independência dos EUA, confraternizavam na residência do embaixador ou, de forma mais informal, em eventos de menor dimensão realizados em hotéis de luxo de Lisboa, como o Ritz e o Tivoli.

Os jornalistas estrangeiros que visitavam a cidade durante o início da década de 1970 adotavam uma abordagem semelhante, raramente se aventurando para lá dos bares e restaurantes situados no centro de Lisboa. As entrevistas que agendavam eram feitas a membros do governo e aos principais elementos da elite do Estado Novo.

Mesmo os jornalistas que usavam Lisboa como porto de escala de viagens mais longas para fazerem a cobertura da guerra nas colónias portuguesas não interagiam verdadeiramente com mais ninguém a não ser as elites locais. É obvio que a cobertura jornalística nos meios de comunicação britânicos e norte-americanos, sobretudo na imprensa, refletia este estado das coisas. Ou seja, ninguém compreendia realmente o mal-estar, debates e lutas que estavam a ocorrer em Portugal durante o longo inverno de 1973-74 e início da primavera de 1974.

Igualmente importante foi o facto de tanto os Britânicos como os Norte-Americanos não terem sido capazes de identificar ou compreender quem eram aqueles que viriam a revelar-se os intervenientes fulcrais na Revolução. Era tão forte a crença dos Norte-Americanos de que nada de grave se passava em Portugal no início de 1974 que a CIA estava a considerar seriamente fechar de vez a sua delegação em Portugal.<sup>5</sup>

Um homem que surgiu no radar quer dos Norte-Americanos quer dos Britânicos foi o general António de Spínola. «Um oficial vaidoso e autocrático da velha guarda, mas detentor de um charme considerável», segundo os Britânicos.<sup>6</sup> O seu livro intitulado *Portugal e o Futuro*, publicado em fevereiro de 1974 e que defendia uma solução política para a guerra no Ultramar, foi recebido como a melhor perspetiva de uma mudança política tanto em Lisboa como nas colónias portuguesas.<sup>7</sup>

O impacto do livro na sociedade portuguesa foi profundo, ao propor uma visão alternativa ao *statu quo* de uma guerra

interminável e ausência de reformas políticas significativas a nível nacional. O livro rapidamente elevou Spínola ao estatuto de principal dissidente e, devido ao descontentamento que provocou na ala mais direita do governo, em março de 1974 foi demitido do seu posto de vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, para o qual tinha sido nomeado em janeiro desse mesmo ano.

Na altura da publicação do livro de Spínola, os Norte-Americanos encontravam-se novamente a braços com o processo de renegociação do acesso à base aérea das Lajes, nos Açores. Em Washington, elementos do Departamento de Estado sentiam curiosidade em saber qual seria o impacto do livro na sociedade portuguesa. Resultaria realmente em mudanças de monta na política de Portugal em relação às suas colónias? E quais seriam as repercussões para o regime de qualquer solução negociada para a guerra no Ultramar e dos apelos a um ritmo mais acelerado de reformas políticas no país?

Ninguém parecia ter resposta para estas duas questões, mas a publicação do livro de Spínola parecia reforçar a crença de que a mudança política em Portugal e nas colónias poderia ter origem no seio da própria ordem estabelecida de Lisboa.

Os observadores estrangeiros dedicavam um tempo considerável a observar e a ouvir o general António de Spínola, que era visto como um teste de ensaio para potenciais convulsões políticas no país. É claro que esta perspetiva se enquadrava na perfeição na crença de que havia poucos indícios da possibilidade de eclosão de um tumulto político longe das elites estabelecidas nos centros urbanos portugueses.

Em resultado disso, os acontecimentos de 25 de Abril de 1974 foram uma surpresa total, não só para a maior parte da população, mas também para o mundo exterior. O facto de os observadores estrangeiros não estarem preparados para o golpe de Estado de 25 de Abril, nem disporem de planos para reagir aos acontecimentos, explica grande parte das reações confusas à Revolução e ao caos político que se seguiu a esse dia histórico. Ou, nas palavras dos próprios Britânicos, «o Estado corporativo [Estado Novo] deu lugar à instabilidade e ao vale-tudo».<sup>8</sup>

Assim, na noite de 24 de abril, enquanto as luzes eram desligadas nas embaixadas localizadas na Lapa e no Restelo e os respectivos *staffs* regressavam às suas residências, ninguém do corpo diplomático tinha a mais ténue ideia dos acontecimentos que iriam desencadear-se a partir dessa madrugada.

Entretanto, a montante do rio Tejo, em Santarém, um grupo de jovens oficiais descontentes estava a preparar-se para avançar até Lisboa com o objetivo de derrubar o governo e pôr fim ao regime do Estado Novo. As suas ações iriam transformar não só Portugal mas também as colónias portuguesas. Num curto período de tempo, o Império Português iria perder-se para sempre e o país iria ver-se confrontado com uma difícil situação enquanto procurava o seu lugar ao lado das outras nações do mundo.

A história da viragem de Lisboa e de Portugal para o mundo moderno começou no dia 25 de abril de 1974, mas a sua transformação numa nação democrática com uma saudável sociedade civil e política iria revelar-se mais difícil de alcançar do que meramente destituir o velho regime autoritário. O mundo exterior, sobretudo a Europa, ofereceu um amplo apoio a Lisboa para que fossem alcançadas as nobres metas de direcionar o país rumo à modernização. No entanto, este apoio tornou-se por vezes mais um obstáculo do que uma ajuda e impediu o Portugal democrático de amadurecer como um Estado moderno.

## CAPÍTULO 1

### *REVOLUTION*

Pouco depois de acordarem, no dia 25 de abril de 1974, os Portugueses confrontaram-se com um cenário inesperado. Ao contrário de um típico golpe de Estado, este caracterizou-se sobretudo pela ausência de circunstâncias trágicas. Praticamente não houve derramamento de sangue. As tropas revolucionárias entraram em Lisboa sob uma luz matinal brumosa; depararam com uma resistência mínima e agiram com rapidez, controlando os pontos fulcrais da cidade. O acesso à Ponte Salazar foi vedado em ambas as margens do Tejo, as instalações da RTP e das estações de rádio foram ocupadas e o aeroporto de Lisboa foi encerrado. A única oposição visível proveio da sede da PIDE, a polícia secreta, onde houve troca de tiros.

Em abril de 1974, Marcello Caetano já não contava com um forte apoio. A maior parte do apoio ao governo era assegurado pelas redes de clientelismo que existiam no país após quatro décadas de governação autoritária. A recusa dos militares fiéis ao regime em pegarem em armas contra as forças revolucionárias não deixou outra opção a Marcello Caetano senão propor uma rendição pacífica do governo. Nos golpes de Estado mais bem-sucedidos, o êxito depende fortemente de se conseguir surpreender o regime vigente e seus apoiantes, tanto em termos táticos como operacionais. As tropas revolucionárias conseguiram claramente cumprir ambos os requisitos.

Considerando o facto de a vida política de Portugal estar centralizada em Lisboa, depois de tomada a cidade, seguiu-se o resto

do país. À medida que os diplomatas estrangeiros acordavam e se dirigiam para as respetivas embaixadas, a capital já se encontrava em grande parte sob o controlo dos militares revolucionários. Não foi apenas o regime de Marcello Caetano que foi apanhado de surpresa pelos acontecimentos do 25 de Abril. Foram também as embaixadas britânica e norte-americana, que não dispunham de qualquer informação de que estava prestes a acontecer um golpe de Estado.

Quando, no próprio dia do golpe, os diplomatas norte-americanos e britânicos redigiram os seus exaustivos relatórios sobre os acontecimentos ocorridos em Lisboa, procuraram dar a entender que tinham previsto os acontecimentos do 25 de Abril. Mas o facto é que não os tinham previsto.<sup>1</sup> Além disso, desconheciam — ou não dispunham dessas informações da parte dos respetivos serviços secretos — a identidade da maior parte dos líderes da Revolução.

Uma complicação adicional para os norte-americanos foi o facto de, naquela ocasião, o seu embaixador, Stuart Nash, se encontrar de visita aos Açores. A verdade foi que, com o aeroporto de Lisboa encerrado, o diplomata teve de adiar o seu regresso a Portugal. Estranhamente, Nash decidiu prosseguir com o seu plano original de, a seguir, participar numa reunião na Universidade de Harvard.<sup>2</sup> Esta decisão, bem como a falta de informações fiáveis por parte dos serviços secretos da embaixada em Lisboa, não agradou ao secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger.

Raramente, na história política moderna, pareceu ser tão fácil derrubar um regime que controlou um país durante quarenta e um anos. Os revolucionários beneficiaram não só de uma organização e planificação competentes mas também de uma boa dose de sorte. Em retrospectiva, não é difícil compreender como o mundo exterior percecionava erradamente a vida política portuguesa em 1974. Os oficiais do exército, que criaram o Movimento das Forças Armadas (MFA), agiram em parte em nome de um «idealismo democrático e em parte em resultado de ressentimentos profissionais».<sup>3</sup>

O general Spínola tinha-se revelado um importante catalisador na queda do regime de Marcello Caetano, mas o seu papel nos acontecimentos do 25 de Abril restringiu-se à aceitação da capitulação do chefe do governo, que estava detido no quartel do Largo

do Carmo. Uma enorme multidão afluiu de imediato ao local. Caetano foi posteriormente escoltado, sem ser visto, para fora do edifício e acabaria por se instalar no Brasil.

O golpe de Estado decorreu com uma precisão perfeita e foi acolhido com um sentimento de grande euforia pela vasta maioria da população portuguesa. Os lisboetas encheram as ruas e viam-se crianças a brincar ao lado dos soldados, que continuaram a guardar as principais artérias da cidade. Aos olhos de estranhos, parecia existir uma quase atmosfera carnavalesca. No entanto, houve alguns incidentes decorrentes de ajustes de contas, geralmente contra pessoas suspeitas de serem informadores da PIDE.

As ameaças de intimidação e violência fizeram-se sentir, sobretudo, nos subúrbios da capital, onde vivia a maioria das classes trabalhadoras. Nenhuma revolução, na sequência de um golpe de Estado, onde e quando quer que ocorra, acontece sem que se observe situações de grande tensão, e em Portugal houve momentos desses. Receando o pior, as famílias mais ricas do país fugiram no próprio dia da Revolução ou no seu rescaldo.

Logo a seguir ao golpe, todos os presos políticos foram libertados. Figuras importantes da oposição que se encontravam no exílio, como Mário Soares (secretário-geral do Partido Socialista Português) e Álvaro Cunhal (secretário-geral do Partido Comunista Português), regressaram ao país. Uma medida crucial foi a abolição imediata da censura, e assistiu-se a uma explosão de atividade de todos os quadrantes do espectro político.<sup>4</sup> Apesar de não ter experiência política significativa, o general Spínola foi nomeado presidente da República provisório.

A nomeação do general Spínola foi bem acolhida de início por muitos portugueses, bem como pelas potências que integravam a NATO. Naqueles primeiros e inebriantes dias do período revolucionário, parecia haver boas perspectivas de uma transição política bem-sucedida e pacífica para a democracia. Infelizmente, isso não aconteceu e a Revolução viria a dividir o país, que por pouco não mergulhava naquilo que teria sido uma guerra civil desastrosa e sangrenta.

Por norma, são os vencedores, e não os vencidos, que escrevem a narrativa oficial das guerras e das revoluções, e a Revolução do

25 de Abril de 1974 em Portugal não era uma exceção à regra. Continuam a persistir dois grandes mitos em torno da Revolução que se exacerbaram ao longo das últimas quatro décadas, que os Britânicos descreveram como os acontecimentos «cataclísmicos» de abril de 1974.<sup>5</sup> O primeiro diz respeito à questão de que a Revolução em Portugal foi algo de cariz unicamente nacional — mas não. As implicações internacionais da Revolução para o flanco ocidental da NATO significavam que havia uma ampla dimensão internacional no que aconteceu antes, durante e imediatamente após o golpe de Estado.

O segundo mito asseverava que a Revolução conduzira a uma rutura drástica e célere com o passado contra todas as probabilidades e que fora um acontecimento limitado a um só dia — mas não. Na verdade, o período revolucionário durou quase dois anos. À semelhança da maior parte das revoluções, derrubar o velho regime foi a parte fácil, mas planear a fase subsequente revelou-se bastante mais difícil. Nas palavras de Nigel Trench, «o choque da libertação foi enorme». No entanto, ele também alertou para o seguinte:

«Praticamente não houve violência; mas após meio século de submissão a um sistema autoritário, eram poucos os elementos dos novos governantes que tinham uma ideia clara de como fazer funcionar o sistema democrático que tinham reivindicado com tanto entusiasmo.»

A construção do novo Estado tornou-se ainda mais complicada devido às profundas divisões no seio das fileiras dos autores da Revolução. Seria uma ingenuidade sugerir que se tratava de um mero caso clássico de confronto entre o socialismo e o comunismo. Havia profundas clivagens entre ambos os lados em relação à ideologia e táticas para se alcançar e reter o poder no Estado pós-Revolução.

Também não é possível recorrer a clássicas explicações de teor civil e militar para destacar estas divisões. Os militares não revelaram um interesse sério pelo poder político após o golpe e muitos

dos corajosos capitães de abril que derrubaram o Estado Novo viriam a ser pouco depois afastados da vida política.

Para agravar a situação, a Revolução tinha debilitado a economia portuguesa, que já muito antes se encontrava em grave crise. Depois do golpe de Estado, e após quarenta e um anos de controlo rigoroso das relações empresariais, a situação começou rapidamente a ficar descontrolada. Houve muitas greves e manifestações no início do verão de 1974, motivadas por reivindicações salariais irrealistas. Receosas do novo poder dos trabalhadores, muitas empresas fizeram cedências tais que entraram em bancarrota.<sup>6</sup>

A perda de confiança na economia conduziu a avultados levantamentos de dinheiro de contas bancárias numa tentativa de os respetivos titulares protegerem os depósitos que haviam feito. A incerteza política e a ausência de medidas económicas coerentes e claras por parte dos novos governantes provocaram o agravamento dos problemas de natureza macroeconómica.<sup>7</sup> Ou seja, a Revolução enfraqueceu a economia portuguesa e essa situação agravou a crise política.

A mudança de regime em Portugal foi desde logo quase universalmente bem acolhida no estrangeiro e conduziu rapidamente ao fim do isolamento diplomático do país, que se fazia sentir desde o princípio da guerra colonial. Tal como os Britânicos sugeriram, essa mudança também possibilitou ao país novas opções de política externa. Nas palavras do próprio embaixador, redigidas no final de 1974:

«No contexto das relações Oriente-Occidente, Portugal afastou-se de uma implacável posição anticomunista e apressou-se a estabelecer relações diplomáticas com o bloco soviético. No final do ano, tinham sido fechados acordos comerciais, culturais e de transportes com vários destes países. No entanto, o governo continuou a asseverar a sua lealdade à Aliança Atlântica. Esta realidade deixara de ser motivo de constrangimento para outros membros da NATO, mas entre os novos dirigentes em Lisboa era notória a divergência de opiniões relativamente ao valor do estatuto de membro.»<sup>8</sup>

Este ponto de vista avançado pelos Britânicos não contava a história na sua totalidade, já que o novo governo português incluía comunistas, o que não agradava às potências da Europa Ocidental. Como o Partido Comunista Português (PCP) era bastante transparente quanto aos seus fortes laços políticos e económicos com a União Soviética, era encarado por muitos europeus como demasiado radical.

Para os Estados Unidos, permitir a entrada de comunistas no governo era algo que nunca deveria ser tolerado, e a estratégia de Henry Kissinger foi tentar forçá-los a sair do governo — e excluí-los definitivamente do poder. Em resultado desta tomada de posição, a administração Nixon dedicou uma enorme atenção e recursos para alcançar este objetivo em Lisboa.

Com o envolvimento de superpotências na política portuguesa pós-Revolução, viria a revelar-se incrivelmente difícil para dirigentes portugueses moderados, como o general Spínola, seguir ao longo de uma linha traiçoeira enquanto tentavam desenvolver um consenso político nacional que pudesse produzir um governo capaz de dirigir o país. Segundo o estudioso britânico Kenneth Maxwell, «a tentativa de Spínola de alcançar a paz viria a granjear-lhe a hostilidade de amigos radicados no estrangeiro, de cujo apoio ele necessitava para conseguir manter-se no cargo».<sup>9</sup>

Tanto os líderes europeus como os norte-americanos recebavam de tal forma a presença de membros comunistas no governo português que descuraram aquilo que Spínola representava a nível pessoal, que era moderação e uma mudança gradual em áreas cruciais da economia e em relação às colónias em África. Na verdade, considerando a situação do país com que o general Spínola se viu confrontado, teria sido necessário um político de grande experiência e capacidade para conseguir lidar com os interesses aparentemente divergentes da política interna portuguesa e as exigências do mundo exterior.

Apesar de toda a sua importância como catalisador e figura simbólica da Revolução, Spínola não era um político hábil, nem tão-pouco experiente. Um líder mais experiente e mais habilidoso a nível internacional não teria interpretado mal e subestimado a reação de Kissinger e aquilo que este via como a ameaça comunista ao flanco ocidental da NATO.